

ACTA N.º 21/2010

REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA DE 29 / 09 / 2010

PRESENCAS

PRESIDENTE : BERNARDINO ANTÓNIO BENGALINHA PINTO
VEREADORES : JOÃO ANTÓNIO MERCA PEREIRA
PAULO JOSÉ CACHOLA MANZOUPO
JOSÉ JACINTO BENTO GRAVE
TERESA MARIA PIRES PENETRA

HORA DE ABERTURA: 14,30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 21,00 HORAS

FALTAS JUSTIFICADAS

FALTAS INJUSTIFICADAS

RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 23 / 09 / 2010

CAIXA	2.224,55 €
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	906.100,52 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00000345430.....	475.071,99 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00004293431.....	3.032,57 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005270350.....	4.445,30 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005455530	4,27 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005478430	56.207,09 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005496230	2.582,62 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005511750.....	1.232,88 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005537330.....	3.882,17 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005672550.....	158,06 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00005684950.....	19.490,45 €
C. G. D. – CONTA N.º 0035/00006168050	3.528,67 €
B. T. A. – CONTA N.º 0018/10814784001	30.735,47 €
MILLEN-BCP – CONTA N.º 0033/13880012049	16.192,37 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579668	130.839,47 €
C. C. A. M. – CONTA N.º 0045/40122579743	107.918,94 €
B. E. S. – CONTA N.º 0007/00219692682	50.778,20 €
TOTAL DE DISPONIBILIDADES.....	908.325,07 €
DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS	876.437,14 €
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	31.887,93 €



O senhor Presidente declarou aberta a reunião às catorze horas e trinta minutos, cuja ordem de trabalhos era a seguinte:-----

- 1) Aprovação da acta da reunião anterior; -----
- 2) Informação sobre a actividade da Câmara; -----
- 3) Conhecimento dos despachos proferidos no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística; -----
- 4) Aprovação da acta em minuta; -----
- 5) Ratificação de despachos que concederam licenças para a montagem de divertimentos na Feira D'Aires/2010; -----
- 6) Ratificação de despacho que concedeu licença para a realização de uma vacada, integrada na Feira D'Aires/2010, por parte da Associação Equestre de Viana do Alentejo; -----
- 7) Ratificação de despacho que concedeu licença à Casa do Benfica, para realização do 12.º Passeio de Cicloturismo; -----
- 8) Proposta de aprovação do auto de medição n.º 5 relativo à empreitada de Remodelação do Estaleiro Municipal de Viana do Alentejo; -----
- 9) Proposta de transferência de verbas no âmbito do Regulamento de Apoio Financeiro às Actividades Culturais; -----
- 10) Proposta de atribuição de cartões sociais do reformado, pensionista e idoso; -----
- 11) Comparticipação para o Município de S. Miguel (Cabo Verde), no âmbito do Acordo de Geminação; -----
- 12) Proposta de aprovação de auto de medição relativo à empreitada de Execução dos Acessos às Piscinas Municipais de Alcáçovas; -----
- 13) Proposta de fixação do preço de venda da brochura “Imagens e Memórias – A 1.ª República no concelho de Viana do Alentejo; -----
- 14) 21.ª Proposta de alteração ao Orçamento da Despesa; -----
- 15) Emissão de parecer relativo à verificação de um dos requisitos necessários à celebração de um contrato de avença com a Empresa Incandescência – Actividades de Engenharia Unipessoal, Ld.ª que se pretende convidar para um ajuste directo; -----
- 16) Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense; -----
- 17) Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural Estrela Dourada; -----
- 18) Proposta de transferência de verba para a Associação dos Amigos das Alcáçovas; -----
- 19) Proposta de transferência de verba para a Casa do Benfica em Viana do Alentejo; -----



20) Proposta de transferência de verba para a Associação Terras Dentro. -----

O senhor Presidente referiu que por dificuldades diversas não foi possível entregar a documentação relativa aos pontos constantes da ordem de trabalhos juntamente com a própria ordem de trabalhos. Disse que esta foi uma situação excepcional devida sobretudo à Feira D'Aires e à necessidade de também nessa semana ter sido enviada a ordem de trabalhos e respectiva documentação para a próxima sessão da Assembleia Municipal. Pediu desculpa por esta situação.

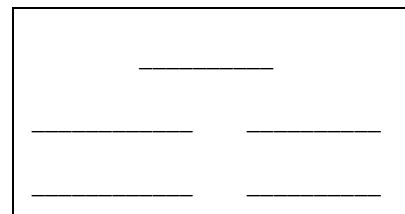
A senhora Vereadora Teresa Penetra disse aceitar as justificações que são dadas embora considere complicado não receber a documentação atempadamente pois se há matérias simples e repetitivas, outras existem que merecem ser analisadas com mais cuidado. Disse esta Vereadora que esta sua manifestação se justifica pelo facto de querer decidir as matérias que lhe são propostas, em consciência e com conhecimentos das situações. Referiu que indo o senhor Presidente propor a introdução na ordem de trabalhos da presente reunião um ponto relacionado com a alteração das tarifas da água, este é precisamente um exemplo de um assunto que merece cuidado na análise. ---

-

O senhor Presidente voltou a referir que esta situação foi pontual e pelo facto já apresentou o pedido de desculpas. Quanto ao ponto que pretende incluir na ordem de trabalhos, relativo à alteração das tarifas da água, disse o senhor Presidente que, sendo do conhecimento geral que as águas foram entregues à empresa "Águas Públicas do Alentejo", toda a gente no concelho calcula que o preço do fornecimento da água ao consumidor irá aumentar. -----

A senhora Vereadora Teresa referiu que o que passou para a empresa foi o abastecimento da água em alta sendo que o aumento das tarifas se refere à atribuição da água em baixa, sendo por isso "coisas" diferentes. -----

O senhor Presidente disse que na realidade não estamos a falar de "coisas diferentes" pois o facto de termos deixado de comprar água à Associação de Municípios do Alentejo Central passando a comprá-la à empresa "Águas Públicas do Alentejo" implicou que o valor da factura quase triplicasse. Assim, a expectativa natural é que o preço da água no consumidor, suba. Disse ainda o senhor Presidente que ainda pensou em propor hoje a inclusão de mais de mais um ponto adicional na ordem de trabalhos relativo à adaptação do Plano Director Municipal ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA), tendo depois desistido de o fazer atendendo à especificidade da matéria em causa. Contudo, tendo o PROTA sido publicado em Diário da República no dia 2 de Agosto de 2010 e declarando ele incompatibilidades com o Plano Director Municipal em vigor, é expectável que os senhores Vereadores tenham interesse nestas



matérias e as vão acompanhando. Disse ainda o senhor Presidente que considera restritivo para um Vereador que não está a tempo inteiro limitar-se a marcar presença nas reuniões da Câmara pois são-lhe exigidas mais responsabilidades. -----

A senhora Vereadora Teresa Penetra disse a este respeito que quando os eleitos estão a tempo inteiro é normal que vão acompanhando a publicação dos diplomas e a sequência dos actos. Contrariamente, os eleitos que não estão em permanência nem sempre têm a possibilidade de fazer esse acompanhamento, até por motivos profissionais. Assim, quando a ordem de trabalhos chega, é hora de ir então pesquisar informação acerca dos pontos nela constantes, a juntar à documentação fornecida aquando do envio da referida ordem de trabalhos. Isto para que em consciência os assuntos sejam preparados e posteriormente votados. -----

O senhor Presidente propôs então na inclusão na ordem de trabalhos dos seguintes pontos adicionais: -----

- 21) Proposta de alteração das tarifas relativas ao abastecimento de água; -----
- 22) Definição dos escalões dos subsídios no âmbito da Acção Social Escolar; -----
- 23) Ratificação de despacho relativo à atribuição de subsidio no âmbito da Acção Social Escolar;
- 24) Proposta de atribuição de subsidio no âmbito da Acção Social Escolar; -----
- 25) Proposta de aprovação do contrato de financiamento no âmbito do POVT (Piscinas de Alcáçovas). -----

Tendo a Câmara reconhecido urgência de deliberação imediata sobre estes assuntos, aprovou por unanimidade a sua inclusão na ordem do dia nos termos do artigo 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

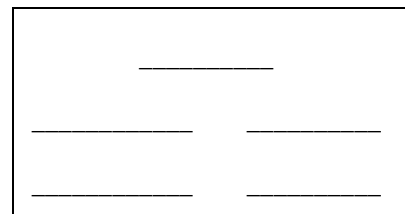
Ponto um) Aprovação da acta da reunião anterior – Depois de lida e achada conforme, foi aprovada por unanimidade a acta número vinte relativa à reunião ordinária realizada no dia quinze de Setembro corrente. -----

Ponto dois) Informação sobre a actividade da Câmara – O senhor Presidente referiu-se às iniciativas que tiveram lugar durante a Semana “Viana em Festa”, a qual teve inicio a 18 de Setembro com a actuação no Castelo, da Orquestra “Planície”, de Redondo. -----

- Informou também o senhor Presidente que no dia 20 de Setembro teve lugar a reunião mensal do Conselho Directivo da Associação de Municípios do Alentejo Central. -----



- O senhor Presidente referiu que ele próprio e o senhor Vereador João Pereira foram notificados pela Policia Judiciária a fim de no dia 23 de Setembro prestarem declarações no âmbito da investigação em curso, relativa a diversos processos na área do urbanismo. -----
- O senhor Presidente referiu que no dia 25 de Setembro foi inaugurada a Unidade de Formação Local dos Bombeiros Voluntários de Viana do Alentejo, única no Distrito de Évora. O investimento total foi de cem mil euros, com 75% de financiamento do Município de Viana do Alentejo e 25% de financiamento da própria Associação de Bombeiros. De sublinhar a importância desta obra quer para os bombeiros quer para o concelho. -----
- Referiu também o senhor Presidente que a tradicional Feira D'Aires decorreu entre 25 e 27 de Setembro. Globalmente o balanço desta iniciativa é positivo e no próximo dia 1 de Outubro será realizada uma reunião de avaliação com todos os intervenientes na organização. -----
- O senhor Presidente informou também que no dia 28 de Setembro teve lugar uma reunião de preparação das comemorações do Centenário da República. Estão envolvidas, além da Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia, os Agrupamentos de Escolas do concelho, as Associações Terras Dentro e dos Amigos das Alcáçovas e alguns particulares, nomeadamente o Dr. Francisco José Baião. -----
- O senhor Vereador Paulo Manzoupo informou que está a ser recebido o equipamento de protecção e o vestuário para os trabalhadores. Informou também que foram adquiridos na passada semana mais quinze contentores para lixo doméstico. -----
- O senhor Vereador Paulo Manzoupo manifestou o agradecimento aos trabalhadores envolvidos na Feira D'Aires pelo seu profissionalismo. -----
- O senhor Presidente informou que no dia 16 de Setembro foi realizada uma reunião de trabalho acerca da necessidade de adaptação do Plano Director Municipal ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA). As adaptações têm que ser efectuadas no prazo de 90 dias úteis após a publicação do PROTA em Diário da República, que ocorreu a 2 de Agosto de 2010. A reunião decorreu na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo tendo estado presentes o Presidente da Câmara, o seu adjunto e dois Técnicos da Divisão de Administração Urbanística. -----
- O senhor Vereador José Jacinto referiu-se a uma situação que não sendo alarmante é contudo preocupante para quem a vive. Trata-se da impossibilidade de marcar consultas médicas no Posto de Saúde de Alcáçovas num prazo razoável e aceitável. Segundo a informação de que dispõe, só é possível efectuar essa marcação para Março do próximo ano. Disse o senhor Vereador José



Jacinto que, embora a Câmara não tenha competência nesta matéria, compete-lhe contudo trazer este assunto que tanto preocupa os munícipes de Alcáçovas. -----

- O senhor Presidente disse que está agendada para o próximo dia 6 de Outubro uma reunião com o Dr. José Luis e com o Dr. Martinho Vieira. -----

- O senhor Vereador José Jacinto referiu também ter conhecimento de que há pessoas queixosas com a factura da água que devido aos valores estimados apresenta valores muito acima dos habituais. -----

- Também o senhor Vereador José Jacinto se referiu aos trabalhos de limpeza das valas na Estrada de Santa Catarina. Referiu que estando a ser feito um trabalho tão necessário é lamentável que o operador o tivesse que interromper para ir dar serventia a um pedreiro para concluir um pontão naquela estrada. Concluído o pontão não mais lá voltou a máquina e o operador para continuar a limpeza das valas. Em seu entender esta situação denota falta de orientação na distribuição do trabalho. -----

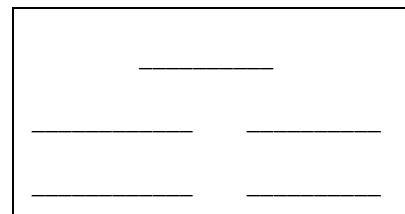
- O senhor Vereador João Pereira disse ter acompanhado esta situação de perto sabendo que o operador acompanhou o pedreiro numa tarde em que a máquina estava parada porque os preparativos da Feira D'Aires absorveram o pessoal todo. Disse ainda o senhor Vereador João Pereira que a obra em causa é para evitar a repetição dos transtornos às pessoas que vivem naquela zona devido às inundações frequentes e espera-se que esteja concluída no prazo de duas semanas.

- O senhor Vereador José Jacinto perguntou se a ASAE esteve na Feira D'Aires tendo o senhor Presidente respondido que alguns populares confirmaram a presença da ASAE na zona ao ar livre.

- Perguntou também o senhor Vereador José Jacinto se estão a despejar o tanque grande das Piscinas de Alcáçovas devido a deficiências. O senhor Presidente disse não ter conhecimento dessa situação. -----

- A senhora Vereadora Teresa Penetra, relativamente à Feira D'Aires, considerou que a mesma decorreu dentro da normalidade. Disse que vê com alguma tristeza que a parte exterior em que decorre a feira franca diminui de ano para ano, contrariamente à parte de comidas e bebidas que tende a expandir-se. Disse que deverá ser uma preocupação de todos manter a feira no exterior nos moldes tradicionais, pois foi assim que ela teve o seu início. -----

- O senhor Vereador João Pereira, a este propósito, disse que a sociedade evoluiu, os feirantes agora são menos, as pessoas já não necessitam das feiras para se abastecerem uma vez por ano, as lojas dos chineses vendem todo o ano as quinquilharias que antigamente só existiam nas feiras e



todos estes factores contribuem para que a tendência seja a das feiras temáticas. No caso particular das feiras deste concelho, não há lugar a pagamento de terrado mas como é óbvio “a Câmara não pode pagar para os feirantes cá virem”. Contudo, independentemente de todos estes motivos e mesmo com a actual situação de crise que se vive, a Feira D’Aires teve um elevado número de visitantes. Tendo esta feira a componente religiosa a sustentá-la, tem que evoluir para uma feira temática, não descurando contudo a sua parte mais tradicional e preservando, na medida do possível, a sua origem. -----

- Reforçando o que o senhor Vereador Paulo referiu, também o senhor Vereador João Pereira disse que o evento Feira D’Aires toca praticamente todos os sectores da Câmara e respectivos trabalhadores que com o seu esforço acrescido garantem o sucesso desta iniciativa, ano após ano.

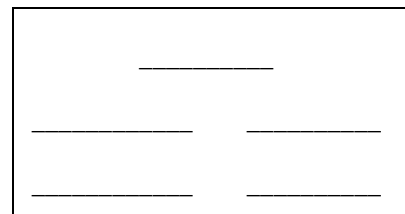
- O senhor Presidente perguntou à senhora Vereadora Teresa Penetra se tinha alguma proposta de revitalização em concreto tendo ela respondido que não e que na sua intervenção tem subjacente a sua sensibilidade para este assunto e o seu desejo de não ver morrer a parte da feira que afinal esteve na sua origem, -----

- Quanto aos espectáculos da Feira D’Aires, a senhora Vereadora Teresa Penetra disse que no sábado, embora não estando a tenda cheia, havia um conjunto razoável de pessoas a assistir ao grupo “Adiafa”. Na segunda-feira, o espectáculo começou bastante atrasado e aparentemente as pessoas não gostaram do tipo de música do grupo Oquestrada e começaram a sair. -----

- O senhor Vereador João Pereira disse que a avaria técnica verificada na segunda-feira provocou de facto o atraso no inicio do espectáculo. Atendendo a que nesse dia foi dia de trabalho e que no dia seguinte também o seria, muitas pessoas foram saindo. O tipo de música de segunda-feira também não agrada a todo o público sendo talvez mais direccionado para os jovens. Por sua vez, no domingo, aquando do espectáculo de folclore, a tenda estava cheia mas provavelmente os jovens não apreciaram. Sendo estas escolhas muito difíceis e abarcando públicos distintos talvez valha a pena equacionar se se deverá manter um investimento significativo no espectáculo de segunda-feira, se se deverá apostar no domingo, se se deverá apostar na sexta-feira. -----

- O senhor Vereador Paulo Manzoupo disse ter participado no passado dia 23 de Setembro numa reunião da Plataforma Territorial Supra Concelhia do Alentejo Central, que decorreu nos Paços do Município. -----

- O senhor Presidente disse que estando os documentos previsionais para o próximo ano em fase de arranque, solicitou aos senhores Vereadores Teresa Penetra e José Jacinto os seus contributos.



- O senhor Presidente deu conhecimento do gesto de amabilidade do senhor Marques, habitual participante na Mostra de Doçaria e que também esteve num Stand na Feira D'Aires, ao oferecer uma garrafa de gíngua com destino à Vereação. -----

Ponto três) Conhecimento dos despachos proferidos no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística – A Câmara tomou conhecimento da relação de despachos proferidos pelo senhor Vice-Presidente da Câmara, no uso de competência subdelegada em matéria de administração urbanística. -----

Ponto quatro) Aprovação da acta em minuta – A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a acta desta reunião em minuta, no final da mesma, nos termos do n.º 3 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

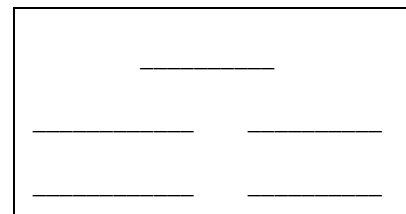
Ponto cinco) Ratificação de despachos que concederam licenças para a montagem de divertimentos na Feira D'Aires/2010 – A Câmara ratificou por unanimidade os despachos do senhor Presidente, datados de 24 de Setembro de 2010, que concederam licenças para a montagem dos seguintes divertimentos na Feira D'Aires/2010: -----

- Pista Infantil “Scalextric Magic Car”, de Diversões Simões, Ld.^a; -----
- Pista Infantil “Mini Troll King-Kong”, de Diversões Simões, Ld.^a; -----
- Pista de Automóveis de Adultos “Rally Yé Yé”, de Diamantino José Maldonado; -----
- Carrocel Infantil “Lusitano”, de Francisco Manuel Rosa Bicho; -----
- Poço da Morte, de Maria Odete Pereira Abreu. -----

Ponto seis) Ratificação de despacho que concedeu licença para a realização de uma vacada, integrada na Feira D'Aires/2010, por parte da Associação Equestre de Viana do Alentejo – A Câmara ratificou por unanimidade o despacho do senhor Presidente, datado de 24 de Setembro de 2010, que concedeu licença à Associação Equestre de Viana do Alentejo, para realização de uma vacada no dia 25 de Setembro de 2010, por ocasião da Feira D'Aires. -----

Ponto sete) Ratificação de despacho que concedeu licença à Casa do Benfica, para realização do 12.º Passeio de Cicloturismo – A Câmara ratificou por unanimidade o despacho do senhor Presidente, datado de 17 de Setembro de 2010, que concedeu licença à Casa do Benfica em Viana do Alentejo, para a realização do 12.º Passeio de Cicloturismo no dia 19 de Setembro de 2010. ---

Ponto oito) Proposta de aprovação do auto de medição n.º 5 relativo à empreitada de Remodelação do Estaleiro Municipal de Viana do Alentejo – A Câmara aprovou por



unanimidade o auto de medição n.º 5 relativo à empreitada de Remodelação do Estaleiro Municipal de Viana do Alentejo, no montante de 25.216,35 €. -----

Ponto nove) Proposta de transferência de verbas no âmbito do Regulamento de Apoio Financeiro às Actividades Culturais – A Câmara deliberou por unanimidade transferir as

seguintes verbas no âmbito do Regulamento de Apoio Financeiro às Actividades Culturais:

- **Sociedade União Alcaçovense:**
 - Banda de Música (1.º trimestre de 2010) – 336,00 €;
- **Associação “Grupo Coral Feminino Cantares de Alcáçovas”:**
 - Grupo de Música Popular “Flores do Campo” (3.º trimestre de 2010) – 234,00 €;
 - Grupo Coral (3.º trimestre de 2010) – 516,00 €.
- **Grupo Coral e Etnográfico de Viana do Alentejo** (3.º trimestre de 2010) – 408,00 €.
- **Associação “Grupo Coral Feminino de Viana do Alentejo”** (3.º trimestre de 2010) – 588,00 €.

Ponto dez) Proposta de atribuição de cartões sociais do reformado pensionista e idoso – A Câmara deliberou por unanimidade atribuir os seguintes cartões do reformado, pensionista e idoso, com base numa listagem da Divisão de Acção Sócio-Educativa: -----

- **Viana do Alentejo:** -----
 - Beatriz Rosaria Galinha Baila dos Santos José. -----
- **Alcáçovas:** -----
 - Francisco Augusto Eustáquio -----
 - Ana Arcadinho Banha. -----

Ponto onze) Comparticipação para o Município de S. Miguel (Cabo Verde), no âmbito do Acordo de Geminção – A Câmara deliberou por unanimidade transferir para o Município de S. Miguel (Cabo Verde) a importância de 2.000,00 €, no âmbito do Acordo de Geminção (comparticipação na edição de livros). -----

Ponto doze) Proposta de aprovação do auto de medição relativo à empreitada de Execução dos Acessos às Piscinas Municipais de Alcáçovas – A Câmara aprovou por unanimidade o auto de medição n.º 2 relativo à empreitada de Execução dos Acessos às Piscinas Municipais de Alcáçovas, no montante de 87.416,37 €. -----

Ponto treze) Proposta de fixação do preço de venda da brochura “Imagens e Memórias – A 1.ª República no concelho de Viana do Alentejo” – O senhor Presidente informou que no



âmbito das comemorações do Centenário da República, que decorrerão no próximo dia 5 de Outubro e para os quais convidou os senhores Vereadores, será inaugurada uma exposição alusiva à data. A este propósito foi mandada executar uma brochura cujos exemplares o senhor Presidente propôs que sejam vendidos a 10,00 €. Esta proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto catorze) 21ª Proposta de alteração ao Orçamento da Despesa – A Câmara aprovou por unanimidade a 21.ª Proposta de alteração ao Orçamento da Despesa. -----

Ponto quinze) Emissão de parecer relativo à verificação de um dos requisitos necessários à celebração de um contrato de avença com a empresa Incandescência – Actividades de

Engenharia Unipessoal, Ld.ª que se pretende convidar para um ajuste directo – Nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, conjugada com o artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de Dezembro e 3-B/2010, de 28 de Abril, a celebração de contratos de tarefa e de avença depende de prévio parecer favorável da Câmara Municipal relativamente à verificação do requisito referido na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da referida Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na redacção actual. -----

Assim, a actual redacção do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro é a seguinte: “2 – A celebração de contratos de tarefa e de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente: a) Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; b) Revogada pela Lei 3-B/2010, de 28 de Abril; c) Seja observado o regime legal da aquisição de serviços; d) O contratado comprove ter regularizadas as suas obrigações fiscais e com a segurança social”. -----

Cabe pois à Câmara Municipal reconhecer que o trabalho a prestar pela empresa Incandescência – Actividades de Engenharia, Unipessoal, Ld.ª à qual se pretende adjudicar serviços através de ajuste directo com consulta a uma entidade não configura a execução de trabalho subordinado e que para a realização dos serviços a adjudicar seria inconveniente recorrer a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público. -----

Em concreto pretende-se que a Empresa em causa desenvolva actividades decorrentes do Decreto-Lei n.º 517/80, de 30 de Outubro, nomeadamente: -----

- Assumpção da responsabilidade técnica das instalações eléctricas dos edifícios municipais;



- Elaboração de relatório anual a entregar na Direcção-Geral de Energia; -----
- Apoio técnico na elaboração e aprovação dos projectos eléctricos, junto das respectivas entidades. -----

Constata-se que efectivamente a prestação de serviços em causa não pressupõe subordinação hierárquica nem cumprimento de horário de trabalho e para a realização da mesma era inconveniente recorrer a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público dado que o trabalho a realizar não ocupa um Técnico a tempo inteiro, exigindo apenas prestações de serviços pontuais. Constata-se igualmente a existência de cabimento orçamental. -----

Assim, o senhor Presidente propôs à Câmara Municipal a emissão de parecer favorável quanto ao cumprimento da condicionante a que se refere a alínea a) do n.º 2 do referido artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, na redacção actual. A Câmara deliberou por unanimidade emitir parecer favorável quanto ao que lhe foi solicitado. -----

Ponto dezasseis) Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural e Recreativa

Alcaçovense – A Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Associação Cultural e Recreativa Alcaçovense a importância de 2.500,00 €, como participação nas despesas das obras de manutenção na sede. -----

Ponto dezassete) Proposta de transferência de verba para a Associação Cultural Estrela

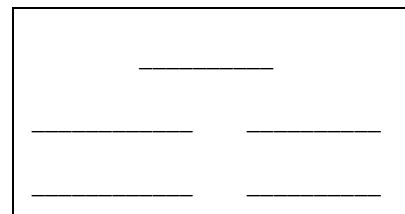
Dourada – A Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Associação Cultural Estrela Dourada a importância de 750,00 €, sendo 500,00 € destinados a participar nas despesas das actividades anuais e 250,00 € destinados a participar nas despesas de aluguer de aparelhagem sonora para a festa do 13.º aniversário a realizar no dia 24 de Outubro. -----

Ponto dezoito) Proposta de transferência de verba para a Associação dos Amigos das

Alcáçovas – Sem a presença do senhor Vereador João Pereira por ter declarado o seu impedimento, a Câmara deliberou com quatro votos favoráveis transferir para a Associação dos Amigos das Alcáçovas a importância de 500,00 €, como participação nas despesas das actividades anuais. -----

Ponto dezanove) Proposta de transferência de verba para a Casa do Benfica em Viana do

Alentejo – A Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Casa do Benfica em Viana do Alentejo a importância de 150,00 €, como participação nas despesas de realização do Passeio de Cicloturismo. -----



Ponto vinte) Proposta de transferência de verba para a Associação Terras Dentro – A Câmara deliberou por unanimidade transferir para a Associação Terras Dentro a importância de 3.000,00 € como comparticipação nas despesas das obras de manutenção da sede. -----

Ponto vinte e um) Proposta de alteração das tarifas relativas ao abastecimento de água – O senhor Presidente apresentou a proposta de alteração das tarifas relativas ao abastecimento de água. Entregou aos senhores Vereadores um documento no qual se encontram sistematizados os passos mais significativos do processo conducente ao contrato de parceria para a exploração e gestão dos sistemas municipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. Entregou igualmente um CD com todos os elementos sobre a temática da água, concretamente Documento de Enquadramento Estratégico, Contrato de Gestão e Contrato de Parceria. O documento entregue aos senhores Vereadores é o que a seguir se transcreve: -----

*“1. Depois de um conjunto vasto de actividades concertadas entre o Governo, os 21 Municípios aderentes, entre os quais o de Viana do Alentejo, e a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A (AdP), veio a ser assinado, a 13 de Agosto de 2009, um contrato para efectivação de uma Parceria Pública Pública, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de Abril, que estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as Autarquias Locais para a exploração e a gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. A proposta de Contrato de Parceria foi aprovada por maioria na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 15 de Julho de 2009. O Contrato de Parceria a vigorar por um período de 50 anos, foi outorgado entre o Senhor Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, em representação do Estado Português, e os senhores Presidentes das Câmaras Municipais de Alcácer do Sal, Aljustrel, Almodôvar, Alvito, Arraiolos, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Grândola, Mértola, Montemor-o-Novo, Moura, Odemira, Ourique, Santiago do Cacém, Serpa, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vidigueira, em cerimónia realizada na Casa do Alentejo, em Lisboa. Neste contexto, é criado um sistema territorialmente integrado de águas, denominado **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)**, que agrega os respectivos sistemas municipais de águas em “alta” (aquela que abastece os reservatórios de distribuição aos consumidores) e as infra-estruturas e equipamentos que vierem a ser construídos nos 21 Municípios aderentes. -----*



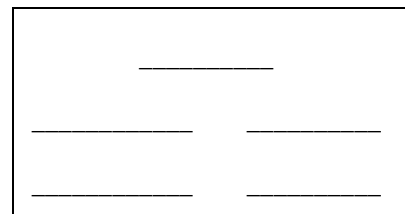
2. Os serviços em alta de águas relativos ao Sistema serão explorados e geridos em regime de parceria pública mediante a constituição conjunta de uma sociedade anónima a integrar no sector empresarial do Estado, enquanto Entidade Gestora da Parceria (EGP), na qual a AdP, em representação do Estado, irá deter 51% do capital social, tendo também como accionista uma associação de municípios de fins específicos em representação dos 21 municípios, que subscreverá o remanescente do capital social. -----

3. Na sequência da assinatura do Contrato de Parceria Pública entre o Estado Português e os referidos Municípios, em 13 de Agosto de 2009, que materializa todo o trabalho de concertação desenvolvido, é constituído o que ficou designado como **Sistema Público de Parceria Integrado de Águas do Alentejo (SPPIAA)**, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de Abril, que estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as Autarquias Locais para a exploração e a gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. -----

4. No final de Setembro de 2009, numa primeira fase, os 21 municípios juntaram-se e criaram a Associação de Municípios para a Gestão da Água Pública (AMGAP). Posteriormente, a AdP e a AMGAP constituíram a respectiva entidade gestora da parceria, a AgdA – ÁGUAS PÚBLICAS DO ALENTEJO, S.A. (AgdA), com sede em Beja, e celebrado o respectivo **contrato de gestão em 25 de Setembro de 2009**. -----

5. O **Contrato de Gestão** foi outorgado pelas seguintes partes: o Estado Português; os 21 municípios que assinaram o contrato de parceria, representado pelos respectivos presidentes de Câmara; Águas Públicas do Alentejo, S.A., representada pelos respectivos Presidente do Conselho de Administração. -----

6. Enquanto entidade gestora, a AgdA, será a responsável pela concepção, projecto, construção, exploração e gestão concessionária do sistema de exploração e gestão dos serviços de água em alta relativos ao sistema público integrado da Águas do Alentejo, resultante da parceria pública. O investimento em infra-estruturas do Sistema está estimado em cerca de 227 milhões de euros. Através deste sistema pretende-se promover a concepção e assegurar a construção e exploração, nos termos dos respectivos projectos, das infra-estruturas, das instalações e dos equipamentos necessários à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água para consumo público e à recolha, ao tratamento e à rejeição de águas residuais. -----



7. *Todo este processo foi desenvolvido e aceite pelos 21 municípios subscritores dos “Contrato de Parceria”, “Contrato de Gestão” e “Documento de Enquadramento Estratégico” elaborado pela AgdA, sem que se soubesse antecipadamente o preço da água e o valor das rendas a receber pelos municípios relativamente às infra-estruturas cedidas.* -----

8. *A AgdA assumiu em 1 de Julho do corrente ano, a responsabilidade pela gestão do sistema de saneamento básico e abastecimento de água em alta.* -----

9. *Entretanto, com o decorrer do processo de transmissão do abastecimento em alta à AgdA, não foi surpresa para o município, ver a partir daí a sua factura quase que triplicar, relativamente àquilo que era habitual pagar à AMCAL para iguais períodos do ano. Assim torna-se incomportável para o município manter o tarifário actual, propondo-se até ao final do ano, a adopção de novos valores, de acordo com o estudo elaborado pela AMCAL. A partir do final deste ano teremos novamente de analisar se o tarifário agora proposto cobre as despesas do sistema de fornecimento de água aos nossos consumidores.”* -----

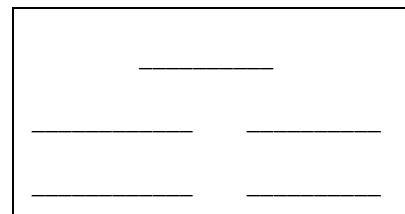
- Disse o senhor Presidente que a Associação de Municípios do Alentejo Central fez um pequeno estudo tendo em conta as novas facturações da água e a proposta que agora se apresenta é a resultante desse estudo. Também a nível da AMCAL ficou acordado introduzir na factura da água a taxa de recursos hídricos. -----

- Quanto à proposta de alteração, o senhor Vereador José Jacinto disse que por parte do Poder Central avizinham-se agravamentos para a população, nomeadamente mais impostos com a subida de 2 pontos percentuais no IVA. Disse que por um lado compreende a posição da Câmara no sentido de querer aumentar as receitas mas considera que actuar no aumento da água quando se está num concelho pobre e onde as pessoas já lutam com bastantes dificuldades, não é a opção certa e daí que o seu voto seja contra a alteração proposta. -----

- O senhor Presidente sublinhou a impossibilidade legal de subsidiar a água estando tal facto consignado na própria Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007 – artigo 16.º). -----

- O senhor Vereador José Jacinto disse que esta é a óptica do Poder Central: “Tudo tem que ser rentável”. -----

- O senhor Presidente reafirmou não se tratar de obter lucro mas somente de tentar cobrir os custos do sistema. -----



- O senhor Vereador José Jacinto voltou a frisar a componente social referindo que existem muitas famílias que já não conseguem suportar as despesas e por isso tem que se manifestar contra o aumento do preço da água. -----

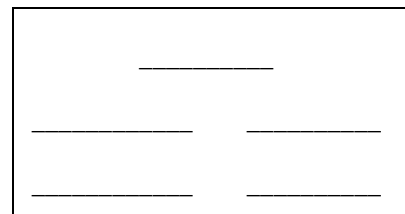
- O senhor Presidente perguntou ao senhor Vereador José Jacinto se este concordou ou não com o contrato que foi assinado em 2009 pelo anterior executivo. O senhor Vereador José Jacinto disse que concordou porque à data em que o assunto foi discutido na Assembleia Municipal, foi garantido que não haveria aumento do preço da água. O senhor Presidente, socorrendo-se de actas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, disse não ver em lado nenhum a garantia de que o preço da água não subiria. Disse ainda que o anterior Presidente da Câmara, numa intervenção a propósito desta matéria, “deixa aberta a porta” para futuros aumentos do preço da água, acautelando as situações económicas mais débeis através do recurso ao Cartão Social. Citou de seguida alguns extractos da acta da reunião da Câmara de 19 de Agosto de 2009 que comprovam o que acabou de dizer: “... Referiu o senhor Presidente que, dúvidas ou afirmações sobre o aumento do preço da água derivado deste processo, não fazem qualquer sentido, uma vez que as Câmaras serão os únicos clientes desta empresa, continuando a distribuir as águas aos seus munícipes como até aqui. Qualquer mexida no tarifário será da responsabilidade das Câmaras como até hoje...”

“ - O senhor Vereador Costa da Silva referiu que estas informações agora dadas pelo senhor Presidente, a maioria delas não sentiu que estivessem suficientemente clarificadas na documentação entregue e muito menos foram dadas respostas na Assembleia Municipal em que esta matéria foi discutida. Um outro aspecto que não lhe parece coerente tem a ver precisamente com o preço futuro da água, isto porque quando é afirmado pelo senhor Presidente que as Câmaras vão ser clientes da nova empresa no que respeita à água, significa então que se o preço for “vendido” caro às Autarquias, isto significa que por Lei elas vão ser obrigadas a vender a água a um preço igual ou superior. Adiantou que isto só prova que estes aspectos não estão, ou ainda não estão, devidamente acautelados.” -----

-

“... Quanto à questão dos preços colocada pelo senhor Vereador Costa da Silva, na abordagem que lhe dá, também não é a mais adequada tendo em conta que a Câmara continuará soberana para a definição do seu tarifário, nada a impede de continuar a apostar num tarifário socialmente mais justo aligeirando os custos para agregados financeiramente mais débeis e aumentando os custos para agregados ou consumidores social ou economicamente mais favorecidos ...” -----

“... A prova de que é possível um tarifário social é a existência de mais de 400 cartões sociais do idoso onde esta faixa da população mais carenciada já está a ser apoiada pela Câmara.” -----



“- O senhor Vereador Costa da Silva, quanto à diferenciação dos custos por questões sociais afirmada pelo senhor Presidente, referiu que a mesma é possível e bem desejável. No entanto, no cômputo geral dos preços e como já havia referido, a Câmara é obrigada por lei a vender a água mais cara ou igual do que o preço a que a compra, o que significa que forçosamente não terá grandes alternativas e soluções para, pelo menos, minimizar este problema futuro.” -----

- O senhor Vereador José Jacinto insistiu na faculdade que a Câmara tem de poder ou não mexer no tarifário. Em sua opinião o equilíbrio do orçamento deverá ser tentado pela via da redução da despesa. -----

- O senhor Presidente chamou de novo a atenção para o resultado líquido negativo pelo segundo ano consecutivo apresentado pelo Município e quanto ao facto do senhor Vereador José Jacinto dizer que o equilíbrio orçamental deverá ser conseguido com contenção da despesa, isto é contraditório com o seu voto contra, entre outros aspectos, aquando da alteração dos Regulamentos de Apoio às Actividades Culturais e Desportivas em que se reduziram montantes já em 2010. -----

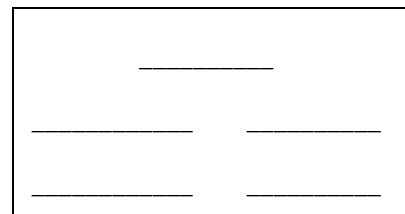
- O senhor Vereador João Pereira disse que na altura da discussão deste assunto deveria ter sido acautelado o preço da água, ainda que com base numa estimativa. Do que lhe é dado conhecer, esse assunto nunca foi discutido e nunca a população foi informada sobre esta matéria. “Se o preço da água é uma questão tão importante, então porque não foi acautelada em devido tempo?” Disse ainda o senhor Vereador João Pereira que a gestão tem que ser séria, honesta e rigorosa e é sobre os eleitos em regime de permanência que recai essa responsabilidade. -----

- O senhor Vereador José Jacinto disse que nas posições que toma tem que estar sempre ao lado “da sua classe”. -----

- O senhor Vereador João Pereira disse considerar-se da “mesma classe” do senhor Vereador José Jacinto e que o discurso deste denota ideias pré-definidas que não deixam sequer aceitar quaisquer argumentos que surjam na discussão. -----

- A senhora Vereadora Teresa Penetra, quanto à proposta de alteração em apreço disse que com o tarifário proposto as Autarquias do concelho ficam no mesmo patamar do Estado e de Outras Entidades de Direito Público o que em sua opinião está errado pois há até freguesias do concelho, principalmente duas, que têm dificuldades. -----

- O senhor Presidente referiu que no âmbito da AMCAL o único Município que fazia a diferenciação era o de Viana, pelo que considera que deverá haver uniformização não sendo na prática relevante o novo formato. Disse ainda o senhor Presidente ter intenção de que venham a



ser tomadas algumas medidas que possam originar um menor consumo de água por parte das freguesias por via por exemplo utilizando a água dos poços para a rega. -----

- O senhor Presidente perguntou ao senhor Vereador José Jacinto se em Alcáçovas é ou não possível poupar água da rede. O senhor Vereador José Jacinto disse que é possível e desejável e que ele próprio, enquanto presidiu à Junta de Freguesia, tentou implementar algumas acções nesse sentido. Contudo, disse que às vezes dentro da mesma “família política” há situações que não se conseguem resolver, nem sempre por culpa dos dirigentes máximos mas muitas vezes por culpa de “estruturas intermédias” que se revelam autênticas “cabeças duras”. Disse ainda o senhor Presidente que este Município pretende acordar com a empresa a posse de um furo. Sublinhou que todo o enquadramento deste sistema tem por base o Plano Estratégico de Abastecimento de Água com o qual o executivo anterior concordou. Este processo foi tratado num período difícil do ano de 2009 e a ausência do Presidente da Câmara na sessão da Assembleia Municipal de 15 de Julho de 2009, na qual o Contrato de Parceria foi aprovado, revela precisamente que sendo ano de eleições, “andaram a fugir com o rabo à seringa”, nomeadamente no que diz respeito à prestação de informações decisivas para o processo. Aliás nessa sessão, o próprio Presidente da Assembleia Municipal disse não ter resposta para muitas das questões suscitadas pelo então Vereador Costa da Silva, uma das quais era precisamente o preço da água. A este propósito o senhor Presidente da Câmara citou algumas passagens da acta da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 15 de Julho de 2009, cujo único ponto da ordem de trabalhos foi a “Proposta de aprovação do contrato de parceria pública a celebrar entre o Estado Português e um conjunto de Municípios do Alentejo”: “...Com o novo modelo apresentado, o senhor vereador Costa da Silva apresentou a sua total concordância. No entanto, seria necessária uma análise cuidada de todos os documentos referentes a esta matéria. Foi isso mesmo que fez, para a sua preparação para esta Assembleia Municipal. Desta forma, surgiram-lhe muitas dúvidas, as quais caso não sejam bem esclarecidas, poderão funcionar como uma espécie de “cheque em branco” a ser passado para as Águas de Portugal SGPS por 50 anos, e assim, por via indirecta correr-se o risco de se privatizar o sector das águas nesta zona do Alentejo. Assim, pediu esclarecimentos para os seguintes pontos: 1) ...; 2) ...; 3) ...; 4) ...; 5) ...; 6) ...; 7) ...; 8) ...; 9)....

Por fim deixa uma questão extremamente subjectiva, sendo este assunto tão importante, em que a água é um bem fundamental e por isso mesmo estratégico, porque é que esta reunião não foi marcada para outro dia, na qual se poderia contar com a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo, a única pessoa capaz (porque foi quem acompanhou todo o processo e negociações) de nos responder a todas estas questões? Sabendo que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Viana do Alentejo interrompeu as suas férias para participar na Quinzena Cultural das Alcáçovas (apesar da sua



importância), será que neste assunto não seria muito mais importante contar com a sua presença nesta reunião, para assim serem esclarecidas todas estas dúvidas? O senhor vereador Costa da Silva apelou a todos os eleitos na Assembleia Municipal para não aprovarem esta decisão, e assim adiar-se esta reunião até se obterem respostas concretas evitando que seja cometido um erro que só poderá ser corrigido daqui a 50 anos. -----

O senhor Presidente da Assembleia disse que também não tem resposta para algumas das questões que foram colocadas, designadamente a relativa ao preço da água ...” -----

“... A senhora Vereadora Vera respondeu que não tem muitos dados para poder esclarecer este assunto uma vez que o senhor Presidente da Câmara é que o tem vindo a acompanhar.” -----

“... O senhor Vereador Costa da Silva referiu ainda que não é contra o facto de ser implementado um novo modelo de gestão mas não pode concordar que se dê “um cheque em branco a 50 anos” sem que as dúvidas estejam clarificadas.” -----

“ ... o senhor Vereador Costa da Silva disse que esta decisão está a ser tomada com leviandade, facto que pode custar muito caro aos munícipes deste concelho.” -----

- O senhor Presidente referiu que por questões de coerência, lógica e razoabilidade, a posição do senhor Vereador José Jacinto é difícil de compreender. -----

- A senhora Vereadora Teresa Penetra referiu que a questão da água ser deficitária é do passado, é do presente e será provavelmente do futuro. Os Municípios tentam ter tarifas socialmente mais justas e isso compromete o principio de que as receitas têm que cobrir as despesas. Referiu que a Câmara tem autonomia para tomar uma posição diferente da proposta pela AMCAL e em sua opinião a atitude do Poder Central ao agravar a carga fiscal das famílias e ao introduzir cortes nas transferências de verbas para os Municípios tendo os mesmos simultaneamente aumento da carga fiscal, estes tentam aumentar as suas receitas para fazer face à situação. Tal como não concorda com os aumentos determinados pelo Poder Central, também não pode concordar com os aumentos que são da responsabilidade municipal. Acredita que não seja fácil descobrir onde diminuir despesas mas é o caminho com o qual está de acordo. -----

- O senhor Vereador João Pereira referiu que o aumento do preço da água poderá ajudar a racionalizar os consumos e fomentar a poupança. Com o sistema de subsidiar a água está-se a financiar com dinheiro da Autarquia os que precisam e os que não precisam e isso é que é socialmente injusto. -----



- O senhor Vereador José Jacinto alertou para a necessidade de ser o Município a dar o exemplo na poupança e quando há rupturas deverá repará-las de imediato evitando que a água corra a céu aberto. -----

- O senhor Presidente frisou que a Câmara terá mesmo que aumentar o preço da água, atenuando este acréscimo por via do Cartão Social. Disse ainda o senhor Presidente que a empresa irá efectuar investimentos no concelho que o Município, só por si, não conseguiria realizar, nomeadamente a conduta Viana – Alcáçovas que custa mais de um milhão de euros. Obviamente que no custo da água que nos é vendida têm que estar reflectidos estes investimentos que a empresa se comprometer a fazer por forma a melhorar o abastecimento de água aos munícipes. ---
Votada a proposta de alteração das tarifas, foi a mesma aprovada com os votos contra dos senhores Vereadores José Jacinto e Teresa Penetra. -----

Ponto vinte e dois) Definição dos escalões dos subsídios no âmbito da Acção Social Escolar –

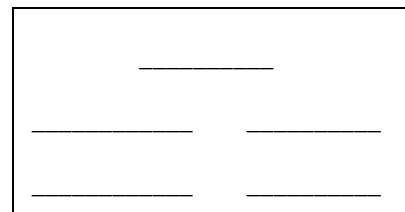
Com base numa informação do Chefe da Divisão de Acção Sócio-Educativa, a Câmara deliberou por unanimidade fixar para o corrente ano lectivo os seguintes montantes de subsídios no âmbito da Acção Social Escolar, bem como os preços a praticar no refeitório escolar: -----

- Alunos que recebem abono de família no 1.º escalão ficarão enquadrados no escalão A e terão direito a subsidio de almoço na totalidade e a subsidio de livros no valor de 40,00 €; -----
- Os alunos que recebem abono de família no 2.º escalão terão direito a metade do subsidio de almoço, escalão B e a subsidio de livros no valor de 20,00 €. -----
- Os preços das refeições a praticar nos refeitórios serão os seguintes: -----
 - Alunos enquadrados no escalão A (1.º escalão) – Isentos; -----
 - Alunos enquadrados no escalão B (2.º escalão) – 0,73 €; -----
 - Alunos sem apoio de Acção Social Escolar – 1,46 €.-----

Ponto vinte e três) Ratificação de despacho relativo à atribuição de subsidio no âmbito da

Acção Social Escolar – A Câmara ratificou por unanimidade o despacho do senhor Presidente de 21 de Setembro de 2010 que atribuiu os seguintes subsídios no âmbito da Acção Social Escolar:

- Margarida de Jesus Campos Almeida, a frequentar a EB1 de Aguiar – Escalão A (almoço e livros); -----
- Sandra Crespo Arcadinho, a frequentar o Jardim Infantil de Alcáçovas – Escalão A (almoço). -----



Ponto vinte e quatro) Proposta de atribuição de subsidio no âmbito da Acção Social Escolar –

A Câmara deliberou por unanimidade atribuir a Afonso Dinis Florindo Neves Carreira, a frequentar o Jardim Infantil de Alcáçovas, subsidio de almoço (Escalão A), no âmbito da Acção Social Escolar. -----

Ponto vinte e cinco) Proposta de aprovação do contrato de financiamento no âmbito do

POVT (Piscinas de Alcáçovas) – A Câmara aprovou por unanimidade o contrato de financiamento relativo às Piscinas de Alcáçovas, no âmbito do POVT. -----

A senhora Vereadora Teresa Penetra perguntou se já havia alguma candidatura que permitiu agora este contrato. O senhor Presidente respondeu que sim e que a mesma foi reformulada, pois num contacto com a Unidade de Gestão foi dada a informação de que nos moldes em que se encontrava não seria aprovada. -----

--- O senhor Presidente declarou encerrada a reunião às vinte e uma horas, tendo a minuta desta acta sido aprovada por unanimidade no final da mesma. -----

Eu, _____, Chefe da DAF, a subscrevi.

O Presidente,

Os Vereadores,